

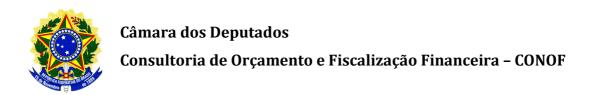
Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira - CONOF

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL NÚMERO: 1.209 ANO: 2007 APENSADO: PROJETO DE LEI Nº 2.543, DE 2007.

1. A proposição municípios?	-	no âmbito dos orçamentos da União, estados e
	→ □ Aumento de despe	esa - 🗆 União 🗀 estados 🗀 municípios
\boxtimes	SIM → ☑ Diminuição de rec	ceita - 🗵 União 🗌 estados 🔲 municípios
	NÃO	•
	espesa ou diminuição de receita	ntivo ou emenda que provoque aumento de na União, estados e municípios?
	\Box Aumento de desp	
\boxtimes	SIM \bigotimes Implica diminuiçã	ío de receita. Quais?
	NÃO NÃO	ento da despesa ou diminuição da receita. Quais?
2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:		
2.1.H receit		prima o aumento de despesa ou diminuição de
	SIM (Emenda nº)	⊠ NÃO
2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?		
	□ SIM	⊠ NÃO
2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?		
	\square SIM	⊠ NÃO
2.3. I propo	Foi indicada a compensação c	om vistas a manter a neutralidade fiscal da
	\square SIM	⊠ NÃO
3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas ¹ ?		
•	∑ SIM	□ NÃO
3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido:		

¹ Verificar especialmente os arts. 63, 167, 195 e 169 da Constituição Federal; arts. 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 24 da LRF; PPA 2012/2015; arts. 93, 108 e 109 da LDO 2015; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/98-CFT.



4. Outras observações:

O Projeto de Lei nº 1.209, de 2007, principal, assim como o Projeto de Lei nº 2.543, de 2007, sujeitam as sociedades cooperativas de consumo, que tenham por objeto a compra e fornecimento de bens aos consumidores, às mesmas normas de incidência dos impostos e contribuições de competência da União, aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

Adicionalmente, o Projeto de Lei nº 2.543, de 2007, revoga o parágrafo único do art. 39 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, que exclui as sociedades cooperativas de consumo de que trata o art. 69 da Lei nº 9.532/97 de isenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

<u>Pela INADEQUAÇÃO E INCOMPATIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</u>

Motivo: O PL 1.290, de 2007, e o PL nº 2.543, de 2007, desobrigariam as cooperativas de consumo do recolhimento de impostos e contribuições incidentes sobre a compra e fornecimento de bens aos consumidores, o que acarretaria renúncia de receita tributária. Apesar disso, as proposições não estão instruídas com as informações preliminares exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal com vistas à sua apreciação, a saber: a estimativa da renúncia de receita, as medidas de compensação ou a comprovação de que a renúncia não afetará as metas de resultados fiscais previstas na LDO.

Brasília, de de 2015.

Thiago Colucci Alves Assistente de Orçamento e Fiscalização Financeira